



Monteiro Lobato no Supremo Tribunal Federal

» MÔNICA SIFUENTES
Desembargadora do TRF 1ª Região

Passsei boa parte da minha infância e adolescência lendo Monteiro Lobato. Primeiro, *As reinações de narizinho*, *Viagem ao céu*, *O pica-pau amarelo*, *O Saci*, *O marquês de rabicó*. Mais tarde, encantei-me com os contos de *Urupês* e *Cidades mortas*. Conheci um pouco da mitologia grega com o *Minotauro* e com *Os doze trabalhos de Hércules*; aprendi história no inesquecível *História do mundo para crianças*.

Do autor, além da grandiosa obra, ressalta-se o homem idealista e sonhador, à frente do seu tempo. Nacionalista, afrontou o Estado Novo ao lutar pelo petróleo brasileiro, causa que lhe custou a perda dos seus bens e a prisão. Inlelectual, não só defendeu a produção e impressão de livros no Brasil, como trouxe para a literatura infantil toda a riqueza do nosso folclore, com as suas cucas, curupiras, mulas sem cabeça e o Saci-Pererê.

As crianças de hoje sonham em viajar para a Disneyworld ou para o mundo encantado e estrangeiro de Nárnia e Harry Potter. As crianças de ontem sonhavam em ir ao mágico Sítio do Picapau amarelo para ouvir as estórias de Dona Benta, brincar com a boneca Emília e saborear os quitutes da tia Anastácia.

Por isso causou-me certo desconforto a notícia sobre a interposição de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, no qual o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) pede a anulação de um parecer do Conselho Nacional de Educação que liberou a adoção, nas escolas públicas, do livro *Caçadas de Pedrinho*. Para o Iara, a estória contém trechos racistas envolvendo a personagem Tia Anastácia, cuja cor negra é mencionada de forma pejorativa pelo autor. Num trecho, a personagem Emília refere-se ao iminente ataque de onças e animais ferozes ao sítio: Não vai escapar ninguém — nem Tia Nastácia, que tem carne preta. Em outro trecho, Anastácia sobe num mastro para fugir das onças. A cena é descrita assim por Monteiro Lobato: Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepo que nem uma macaca de carvão.

De fato, a leitura do trecho, escrito há quase 80 anos (o livro foi publicado em 1933) é mesmo chocante. Como também o é ler em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, clássico da literatura brasileira pela pena de ninguém menos que Machado de Assis, que o personagem, quando criança, quebrara a

cabeça de uma escrava, por que lhe negara uma colher do doce de coco que estava fazendo. Ou então quando ele se refere a Prudêncio, moleque de casa: era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia — algumas vezes gemendo, mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um “ai, nhonhô!” — ao que eu retorquia: “Cala a boca, besta!” Procurei, no fundo da minha memória, que impressão me ficara, da leitura de Lobato e Machado, de Tia Anastácia ou de Brás

Cubas. Da primeira, restou-me a imagem de uma senhora de cor negra, bonachona, que fazia doces e bolos deliciosos, amorosa com as crianças e adorada por elas. De Brás Cubas ficou o retrato de um jovem fútil, cheio de caprichos, com ares da Europa, cujo comportamento é a face caricata da sociedade brasileira burguesa do século 19.

As expressões inadequadas contidas em ambas as obras, como em várias outras, não sei se por conta de uma peculiar sabedoria das crianças, que absorve apenas o melhor das estórias, não fazem parte das minhas lembranças. Certamente porque tenha entendido, no decorrer do processo de aprendizagem, a necessidade de se exercer juízo crítico sobre todas as nossas leituras. Não fosse assim, como superar a crueldade absurda contida nas estórias infantis que se tornaram clássicos da literatura universal, como Chapeuzinho Vermelho, Branca de Neve e o Pequeno Polegar?

Oxalá a audiência pública, tão sabiamente convocada pelo ministro Luiz Fux para que as partes envolvidas nessa celeuma cheguem a um consenso, possa dar frutos outros, que não a proibição de leitura das deleitosas aventuras de Pedrinho, Narizinho e Emília no Sítio do Picapau Amarelo. Todo artista, assim como todo escritor, é fruto do seu tempo e os seus escritos não podem ser lidos fora do contexto. Censurar Monteiro Lobato, cuja obra literária infantil ainda não foi superada por nenhum outro escritor de língua portuguesa, implica o dever de também passar um pente fino em toda a literatura brasileira do século 19 e até pelo menos a metade do século 20. Em outras palavras, uma tremenda burrice.



Qual o peso da religião na reeleição de Obama?

» GLÁUCIO SOARES
Sociólogo e pesquisador da Iesp-Uerj

Os primeiros dados a respeito do papel da religião nas eleições presidenciais americanas de 2012 orientaram muitos a olhar em direções que terminaram sendo menos relevantes do que pareciam. Pesquisa realizada em 2010 nos mostra que 18% da população americana pensavam que Obama era muçulmano; talvez mais importante, 43% não sabiam qual era a religião de Obama. Dada a hostilidade dos americanos aos muçulmanos — que explodiu com os ataques de 11 de setembro de 2001 —, esses dados faziam prever uma grande dificuldade para Obama se reeleger.

Porém, os caminhos pelos quais a religião está afetando os candidatos e seus votos são diferentes. Além disso, interagem com outras características. Este artigo verifica algumas dessas interações.

O apoio à candidatura de Obama tem crescido entre os eleitores católicos nos Estados Unidos. Há surveys que acompanham o apoio aos diferentes candidatos, em diferentes níveis. Em 17 de junho houve um desses surveys e o resultado era, praticamente, um empate (49 a 47 para Obama, dentro da margem de erro).

Mas, em três meses, Romney deu muitas mancadãs e a diferença agora é bem maior, 54% a 39%, 15 pontos percentuais. Como os católicos pobres favorecem Obama, mas votam menos do que católicos ricos, a abstenção pode pesar muito. Quanto maior, pior para Obama. Como anda esse processo? Entre os americanos registrados para votar, a diferença é um pouco menor: Obama está nove pontos na frente, 51% a 42%. Quem levou a pesquisa a cabo foi o Pew Forum on Religion and Political Life, que está acima de qualquer suspeita de sectarismo.

Entre os católicos brancos, há um empate; entre os católicos de minorias, a cor da pele e a etnia pesam e Obama ganha com certa facilidade.

A hierarquia católica não apoia Obama.

Os bispos se reuniram há dois meses para protestar contra uma decisão do presidente de exigir que até as instituições religiosas, como hospitais e universidades, dessem camisinhas e outros contraceptivos aos empregados se eles ou elas o pedissem. Não obstante, as questões religiosas não são, até o momento, as que decidem o voto: as econômicas pesam mais.

Romney elegeu um católico muito conservador, Ryan, para a Vice-Presidência, mas parece ter exagerado a mão. Atraiu alguns extremistas, mas arrepiou a maioria dos católicos. É preciso não esquecer que o vice de Obama, Joe Biden, também é católico.

E a esquerda católica, como respondeu às propostas dos candidatos e aos nomes dos vice-presidentes? Ela sabe que Ryan é de direita e não gosta do plano republicano de reduzir os impostos sobre os ricos ao mesmo tempo em que reduz ou elimina programas que beneficiam os setores mais pobres da população. É um obstáculo difícil de superar.

Já entre brancos evangélicos, Romney domina. É um dos poucos grupos em que cresceu, de 69 para 74%.

A religiosidade afeta a intenção de voto em interação com a raça. Entre negros protestantes, Obama recebe 95% das intenções. A raça e as questões socioeconômicas pesaram mais do que algumas questões morais, como o fato de Obama não se opor a casamentos homossexuais. Não obstante, a pressão ficou menor porque a população americana mudou de opinião sobre esse quesito. Há oito anos, 60% se opunham aos casamentos entre pessoas do mesmo sexo; atualmente são apenas 44%. Entre os independentes, a oposição caiu de 53% a 40%. Claro, os que mais se opõem são os republicanos, mas mesmo assim mudaram nos últimos oito anos: de 78% a 70% contra.

Esse é um tema eleitoral no qual a tendência a longo prazo da opinião pública é clara: em 1996, os opositos aos casamentos gays eram 65% e os favoráveis eram apenas 27%; na

última pesquisa deste ano, os favoráveis passaram a ser pequena maioria: 48% versus 44%. O alicerce para essa mudança talvez seja o crescente número dos que acreditam que a preferência sexual não pode ser alterada. É interessante, também, que há consideráveis diferenças entre as cortes etárias: os mais jovens aceitam com mais facilidade os casamentos homossexuais: quanto mais velha a pessoa, maior a probabilidade de rejeição. Não obstante, em todos os grupos etários baixa a rejeição a esse tipo de casamento.

A questão do aborto tem sido central nas eleições americanas. Dados dos últimos anos revelam que embora as posições tenham mudado um pouco, o tema perdeu importância. As mudanças constatadas, entre 2007 e 2009, foram no sentido de colocar mais restrições ao aborto. Esse declínio das posições chamadas de pro-choice não foi grande, mas mascara uma tendência importante: o aborto perdeu centralidade na política americana. Ainda é um tema eleitoral importante, mas já não é central, já não é aquela linha que determinava quem votaria em quem. Entre republicanos, o movimento foi no sentido contrário: houve uma perda de sete pontos dos que apoiavam a legalização do aborto — Obama para um lado, republicanos para o outro.

O grupo, claro, no qual a religião influencia menos o voto é o dos que não têm religião declarada. Parte deles não vive os preceitos de uma religião. Por menor a relevância das questões religiosas, nesse grupo os demais temas eleitorais dominam. Nesse grupo, Obama dispara: 65% a 27%. O oposto também é verdade: para os americanos que são muito religiosos e vão à igreja pelo menos uma vez por semana — neles, Romney supera Obama por uma margem moderada, 51% a 42%.

Qual o efeito conjunto dessas variáveis e de tantas outras? Não sabemos com certeza, mas até agora Obama tem vantagem, que vem ampliando lentamente.



ARI CUNHA
DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO
ariacunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

É preciso descobrir o Brasil

No artigo 218 da Constituição Federal, os inventores e cientistas são reconhecidos pelo Estado que “promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica”. No primeiro artigo, a pesquisa científica tem garantia de tratamento prioritário por ser um bem público que contribui com o progresso da ciência. Em correspondência à coluna, Reginaldo Marinho informa o calvário dos cientistas no Brasil. Criador da tecnologia ambiental Construcell, utiliza o plástico PET, que se transforma em placa fotovoltaica convertendo sol em energia limpa.

São módulos transparentes que têm a capacidade de transformar a construção em uma usina solar, o que indiretamente tem uma repercussão notável na natureza. Como todos os gênios, Marinho transforma o complicado em simples e acessível. Apesar do respaldo constitucional e elogios da engenharia mundial, Reginaldo luta para emplacar o invento, mas parece que o Brasil não se dá conta da importância de ter tantos gênios. É certo que vieram os reconhecimentos em Genebra, Londres e no edital Prime/Finep/MCT. Mas de que serve um invento guardado?

Em 2000, com um ano de antecedência, Reginaldo propôs participação na exposição em Alemanha. Recomendado por Paulo Henrique Cardoso, então comissário-chefe da Exposição Universal de Hannover, oferecia um espaço para apresentar o invento, mas com menos de uma semana de antecedência. No Ano do Brasil na França, em 2005, tudo certo para participar do evento. Com menos de um mês, recebe um telefonema do Ministério da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos era o chefe da pasta, lamentando que não havia tempo para desenvolver o protótipo.

Novamente o mesmo procedimento. Nesse ano, outra vez com antecedência, apresentou a proposta e, com menos de um mês da abertura do evento, recebe uma solicitação, por recomendação do Comitê Nacional de Organização da Rio+20 para orçar a construção (protótipo) da área de credenciamento da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável com 1.000m². A oportunidade foi ótima, mas sem planejamento nada do que é sério funciona.

Desde os primeiros contatos mantidos com o ministro da Ciência e Tecnologia e com o secretário-executivo, em agosto do ano passado, como a tecnologia era inédita, haveria necessidade de construir os moldes para a execução das peças. Com muita pressão, os moldes poderiam ficar prontos em 45 dias e mais 15 dias para fabricação e montagem. Mais uma vez o jeitinho brasileiro impediu que a criação fosse compartilhada com o mundo.

No pano de fundo de toda essa situação: o documento dirigido ao ministro da Ciência e Tecnologia, redigido depois de audiência em dezembro de 2011 com o técnico Sanderson Leitão, indicado pelo sr. Carlos Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCT, com os termos acertados, foi solicitado apoio do ministro para autorizar a contratação de uma encomenda tecnológica pioneira, terminologia adotada no artigo 20 da Lei 10.973 para a implantação de novas tecnologias nacionais.

De efetivo nada foi feito. O problema pode estar no gerenciamento dos recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. Representantes do grupo de inventores nacionais precisam ter lugar nas decisões. É incoerência o governo promover em projetos o acesso da população à ciência e não dar aos que sabem o caminho das pedras o apoio institucional para projetar os inventos.

Dados do INPI mostram que, dos depósitos de pedidos de patente entre 2006-2010, 75% eram de pessoas jurídicas (97.656) e 22,2% de pessoas físicas (28.598). As instituições de ensino e pesquisa do Brasil apresentaram no mesmo período apenas 740 trabalhos. O quadro é sombrio. Antes de conceder com medalhas como a Ordem Nacional do Mérito Científico, o reconhecimento ao cidadão pensador é a parceria com o governo.

É a certeza do inventor em ver sua criação contribuir para o bem comum. É projetar a imagem do país além do futebol e de morenas bonitas. Não somos um país sério porque não mostramos o que temos de sério. Aceitamos o periquito falador como nosso representante porque é só isso o que mostramos ao mundo. Esconde-se a capacidade nacional, seriedade e poder científico no complexo, no bullying que o país recebe do resto do mundo sem reagir.

Falta planejamento no Brasil. Falta projeção. Falta o olhar para nós mesmos. A ação discriminatória e criminosa que impede o desenvolvimento econômico nacional pela tecnologia, pelo desenvolvimento de pesquisas, pelos inventos precisa acabar. Perdemos financeiramente pela falta de investimento em pesquisas. Tantos impostos são a marca da incompetência em gestão. Economicamente seria uma reviravolta cobrarmos pelos inventos brasileiros roubados pelo mundo.

Economicamente seria um progresso regarmos a terra do planeta com a criatividade brasileira como solução para a tecnologia, para a agricultura, para a medicina entre inúmeras áreas. Enquanto o Estado constitucionalmente é o responsável pela promoção dos agentes e desenvolvimentos tecnológicos, a burocracia herdada de Portugal se refestela há mais de meio milênio.

O Brasil produz poucas patentes por falta de conhecimento não da população científica, mas de conhecimento do governo. Talvez a preferência pela publicação de artigos seja uma segurança jurídica. O fato de o governo não respaldar o ineditismo é fator de risco em um mundo onde a espionagem industrial aferventa na coxia. Interessante notar é que a Lei 9.279/90 impõe que a pesquisa publicada perde a qualidade de inovação e não pode ser registrada. Um absurdo.

Na estrutura do Executivo, o país apresenta a Advocacia-Geral da União, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Ministério da Agricultura, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Cultura, da Defesa, da Educação, Fazenda, Integração Nacional, Ministério da Justiça, Saúde, Cidades, Comunicações, Relações Exteriores, Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento Agrário, de Combate à Fome, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Meio Ambiente, Planejamento Orçamento e Gestão além das secretarias de Assuntos Estratégicos e de Relações Institucionais da Presidência da República.

Não há um canal entre os ministérios sobre pedidos de patente. Não há entre os técnicos desses órgãos o interesse em trocar informações para o aproveitamento das ideias registradas. Não há entre os órgãos um estudo que cruze os dados das criações com as políticas públicas. Em 1500, a frota de Cabral levou 43 dias entre Lisboa e Porto Seguro. Em 2012, a análise dos registros de pedidos de patente leva até 8 anos para ser concluída. (Circe Cunha)

» História de Brasília

Recomendação ao dr. Vasco: a W3, à altura dos hotéis da Caixa Econômica, está precisando de meio-fio. Os motoristas entram na contramão em frente à Pilango e, ao atravessarem o canteiro, provocam uma poeira tremenda. (Publicado em 1/6/1961)

